

*Supremo Tribunal Federal*  
**SERVIÇO DE JURISPRUDÊNCIA**  
**D. J. 27.06.97**  
**EMENTÁRIO Nº 1875-03**

574

25/06/96

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS N. 73.801-0 MINAS GERAIS

RELATOR: MIN. CELSO DE MELLO  
PACIENTE: ANTÔNIO CARLOS SIMÕES MARTINS SOARES  
IMPETRANTE: JOSÉ CUPERTINO DA LUZ NETO  
COATOR: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1. REGIÃO

01875030  
03490730  
08011000  
00000170

E M E N T A: HABEAS CORPUS - CRIMES COMUNS - PRÁTICA ATRIBUÍDA A MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO QUE ATUA PERANTE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - COMPETÊNCIA PENAL ORIGINÁRIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PEDIDO DEFERIDO.

CRIMES COMUNS - MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO QUE ATUA PERANTE TRIBUNAL - PRERROGATIVA DE FORO

- Os membros do Ministério Público da União, que atuam perante quaisquer Tribunais judiciais, estão sujeitos à jurisdição penal originária do Superior Tribunal de Justiça (CF, art. 105, I, "a", in fine), a quem compete processá-los e julgá-los nos ilícitos penais comuns, ressalvada a prerrogativa de foro do Procurador-Geral da República, que tem, no Supremo Tribunal Federal, o seu juiz natural (CF, art. 102, I, b).

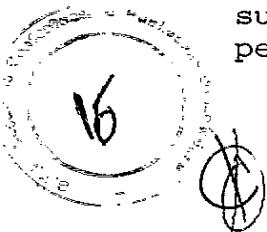
A superveniente investidura do membro do Ministério Público da União, em cargo ou em função por ele efetivamente exercido "perante tribunais", tem a virtude de deslocar, ope constitutionis, para o Superior Tribunal de Justiça, a competência originária para o respectivo processo penal condenatório, ainda que a suposta prática delituosa tenha ocorrido quando o Procurador da República se achava no desempenho de suas atividades perante magistrado federal de primeira instância.

**PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL E PROCESSO PENAL DEMOCRÁTICO**

- A consagração constitucional do princípio do juiz natural (CF, art. 5º, LIII) tem o condão de reafirmar o compromisso do Estado brasileiro com a construção das bases jurídicas necessárias à formulação do processo penal democrático.

O princípio da naturalidade do juízo representa uma das matrizes político-ideológicas que conformam a própria atividade legislativa do Estado, condicionando, ainda, o desempenho, em juízo, das funções estatais de caráter penal-persecutório.

A lei não pode frustrar a garantia derivada do postulado do juiz natural. Assiste, a qualquer pessoa, quando eventualmente submetida a juízo penal, o direito de ser processada perante magistrado imparcial e independente, cuja competência



HC 73.801-0 MG

é predeterminada, em abstrato, pelo próprio ordenamento constitucional.

A C Ó R D ã O

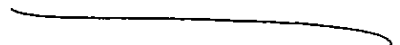
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em deferir o pedido de **habeas corpus**, determinando a remessa dos autos da Ação Penal nº 95.01.17097-7/MG ao Superior Tribunal de Justiça.

Brasília, 25 de junho de 1996.

MOREIRA ALVES - PRESIDENTE



CELSO DE MELLO - RELATOR



/afc.

25/06/96

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS N. 73.801-0 MINAS GERAIS

RELATOR: MIN. CELSO DE MELLO  
PACIENTE: ANTÔNIO CARLOS SIMÕES MARTINS SOARES  
IMPETRANTE: JOSÉ CUPERTINO DA LUZ NETO  
COATOR: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1. REGIÃO

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do ilustre Subprocurador-Geral da República, Dr. MARDEM COSTA PINTO, assim sumariou e apreciou a presente impetração (fls. 786/788), *verbis*:

"EMENTA: *Habeas Corpus*. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar membro do Ministério Público Federal que atua perante Tribunal Regional Federal (C.F., artigo 105, inciso I, alínea 'a'). Pela concessão da ordem para anular acórdão do Tribunal Regional Federal que recebeu a peça acusatória. Remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça.

Trata-se de *Habeas Corpus* impetrado pelo advogado José Cupertino da Luz Neto, em benefício de Antônio Carlos Simões Martins Soares, alegando e requerendo o seguinte:

- a) o paciente, membro do Ministério Público Federal, foi denunciado pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Regional da República como incurso nas penas dos artigos 298, 299 e 304, combinados com o artigo 69, todos do Código Penal (fls. 41/45);
- b) o Tribunal Regional Federal, em sua composição Plenária, declarou-se competente para processar e julgar o feito, recebendo a denúncia nos termos do voto do Exmo. Sr. Juiz João Vieira Fagundes, conforme decisão de fls. 743/784;
- c) impetrou a presente ordem de *Habeas Corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça, que declinando de sua competência determinou a remessa dos autos ao Supremo Tribunal Federal (fls. 720);

01875030  
03490730  
08012000  
00000200



HC 73.801-0 MG

d) requer a concessão da ordem para trancar a ação penal sustentando a incompetência do Tribunal Regional Federal para processar e julgar o paciente eis que o mesmo, na atual condição de Procurador Regional da República em exercício junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região possui prerrogativa de foro perante o Superior Tribunal de Justiça, nos termos em que estabelece a Constituição Federal em seu artigo 105, inciso I, alínea 'a'. Por outro lado, sustenta que os fatos que deram origem à denúncia foram obtidos sem prévia realização de inquérito e as provas coletadas diretamente pela autoridade judicial, em afronta à Carta Magna em seu artigo 108, inciso I, alínea 'a', acarretando a nulidade dos atos realizados. Alega, também, que a referida peça acusatória embasou-se em exame grafotécnico que se realizou sem a coleta de material gráfico do paciente, violando o que determina o artigo 145 do Código de Processo Penal. Por fim, sustenta a atipicidade da conduta seja por já estar extinta a queixa-crime que originou o incidente de falsidade, seja pelo referido incidente recair sobre documento particular revogado por força da outorga de procuração a outro advogado, inexistindo o elemento subjetivo do tipo.


O presente **Habeas Corpus** deve ser conhecido e, no mérito, concedida a ordem.

Com efeito, depreende-se da peça acusatória acostada aos autos às fls. 738/742 que o paciente, na ocasião do oferecimento da denúncia, atuava perante a primeira instância federal - Vara Federal Única de Juiz de Fora/MG, o que atraiu a competência do Tribunal Regional Federal para processar e julgar o feito, nos termos em que estabelece o artigo 108, inciso I, alínea 'a' da Constituição Federal.

Ocorre que a denúncia foi recebida em 09 de novembro de 1995, momento em que o paciente estava atuando perante o Tribunal Regional Federal da Segunda Região conforme Portaria n. 53 da Procuradoria Regional da República da Segunda Região (fls. 32), o que impõe a competência do Superior Tribunal de Justiça em obediência ao artigo 105, inciso I, alínea 'a' da Constituição Federal.

A competência originária do Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar o feito em tela advém, portanto, da prerrogativa de foro que assiste ao paciente em decorrência de sua atual condição funcional.

Diante desse contexto, prospera a alegada preliminar de incompetência do Tribunal Regional Federal para processar e julgar o paciente, razão pela qual opinamos pela nulidade do acórdão proferido por




HC 73.801-0 MG

aquele órgão colegiado e a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça, restando prejudicadas as demais alegações do presente *Habeas Corpus*."

Deferida a postulação cautelar deduzida liminarmente pelo impetrante (fls. 725/729), foram prestadas as informações pelo órgão judiciário ora apontado como coator (fls. 736/784).

É o relatório.

A handwritten signature in dark ink, consisting of a large, stylized initial 'C' followed by a long, horizontal, wavy line that ends in a small upward hook.

HC 73.801-0 MG

## V O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): Trata-se de habeas corpus impetrado em favor de membro do Ministério Público da União, que, não obstante exercendo, desde 25/10/95 (fls. 32/33), o cargo de Procurador Regional da República junto ao T.R.F./2ª Região, está sendo processado, pela suposta prática de delitos contra a fé pública (fls. 41/45), perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que, por votação majoritária, declarou-se competente para processar e julgar a ação penal (fls. 711).

Cabe assinalar, por necessário, que a denúncia oferecida contra o ora paciente foi recebida pelo T.R.F./1ª Região em 09/11/95 (fls. 711).

O Tribunal ora apontado como coator reconheceu-se originariamente competente para o processo penal condenatório em questão, por entender que o ora paciente - quando da época dos fatos narrados na denúncia (1990) - atuava perante magistrado federal de primeira instância (Vara Federal Única de Juiz de Fora/MG - fls. 42).

O ilustre impetrante, insurgindo-se contra o ato decisório ora impugnado, questiona, dentre os vários fundamentos em que se apóia o presente writ, a própria competência penal originária do T.R.F./1ª Região para a persecutio criminis instaurada contra o



HC 73.801-0 MG

ora paciente, eis que, sendo este Procurador Regional da República em exercício junto a outro Tribunal Regional Federal, assiste-lhe, em virtude dessa específica condição funcional, a prerrogativa de foro perante o Superior Tribunal de Justiça (fls. 24/26).

Tem inteira procedência a tese sustentada pelo ilustre impetrante.

Ao conceder a medida liminar em favor do ora paciente, tive o ensejo de salientar que, em realidade, a questão fundamental suscitada no presente writ estimula a reflexão em torno de um dos postulados mais significativos que regem e limitam a atividade estatal de persecução penal. Refiro-me ao princípio do juiz natural, cuja explícita consagração no texto da vigente Constituição da República - art. 5º, LIII -, teve o condão de reafirmar o compromisso do Estado brasileiro com a construção das bases jurídicas necessárias à formulação do processo penal democrático.

O princípio da naturalidade do juízo representa, nesse contexto, uma das matrizes político-ideológicas que conformam a própria atividade legislativa do Estado, condicionando o desempenho, por este, das funções de caráter penal-persecutório em juízo. Daí a advertência de JOSÉ FREDERICO MARQUES ("O Processo Penal na Atualidade", in "Processo Penal e Constituição Federal", p. 19, item n. 7, 1993, Ed. Acadêmica/Apamagis, São Paulo), no sentido de que, ao rol de postulados básicos, deve acrescer-se



HC 73.801-0 MG

"aquele do Juiz natural, contido no item nº LIII do art. 5º, que declara que 'ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente'. É que autoridade competente só será aquela que a Constituição tiver previsto, explícita ou implicitamente, pois, se assim não fosse, a lei poderia burlar as garantias derivadas do princípio do Juiz independente e imparcial, criando outros órgãos para o processo e julgamento de determinadas infrações".

A definição constitucional das hipóteses de prerrogativa de foro *ratione muneris* representa elemento vinculante da atividade de persecução criminal do Poder Público. É que o Estado não pode desconsiderar essa garantia constitucional básica que predetermina, em abstrato, os órgãos judiciários investidos de competência funcional para a apreciação de litígios penais que envolvam determinados agentes públicos.

É por essa razão que não se pode perder de perspectiva o fato - que é extremamente relevante - de os membros do Ministério Público da União, nas ações penais condenatórias, possuírem prerrogativa de foro *ratione muneris* perante Tribunais que se situam em planos diversos dentro da organização judiciária nacional.

Assim, o Chefe do Ministério Público da União - que é o Procurador-Geral da República (CF, art. 128, § 1º) - é processado e





HC 73.801-0 MG

julgado originariamente, nas infrações penais comuns, pelo Supremo Tribunal Federal (CF, art. 102, I, b).

Por sua vez, os membros do Ministério Público da União que atuam perante quaisquer Tribunais - é o caso do ora paciente - estão sujeitos à jurisdição penal do Superior Tribunal de Justiça (CF, art. 105, I, a, in fine), a quem compete processá-los e julgá-los nos ilícitos penais comuns.

Os demais membros do Ministério Público da União - vale dizer, aqueles que atuam perante órgãos judiciários de primeira instância - submetem-se, *ratione muneris*, à competência penal originária dos Tribunais Regionais Federais, "ressalvada a competência da Justiça Eleitoral" (CF, art. 108, I, a).

Essa prerrogativa de foro, que "não é foro privilegiado" (RTJ 90/950), consoante já assinalou o Supremo Tribunal Federal, é concedida aos membros do Ministério Público da União, em sede de processo penal condenatório, por efeito da própria natureza, dignidade e relevância das atribuições inerentes aos cargos que exercem (PAULO LÚCIO NOGUEIRA, "Curso Completo de Processo Penal", p. 118, item n. 13, 9ª ed., 1995, Saraiva; HUGO NIGRO MAZZILLI, "Regime Jurídico do Ministério Público", p. 326, item n. 9, 2ª ed., 1995, Saraiva; JULIO FABBRINI MIRABETE, "Processo Penal", p. 187, 4ª ed., 1995, Atlas; FERNANDO DA COSTA TOURINHO FILHO, "Processo Penal", vol. 2/109, item n. 2, 11ª ed., 1989,

HC 73.801-0 MG

Saraiva), de tal modo que - mesmo tratando-se de crimes dolosos contra a vida - os agentes do Parquet estarão sempre sujeitos à competência penal originária dos Tribunais **expressamente** indicados pela Constituição da República.

A questão da prerrogativa de foro - achando-se intimamente associada ao **postulado do juiz natural** - constitui expressiva garantia de ordem institucional outorgada pela Carta da República.

Na realidade, o princípio do juiz natural reveste-se, em sua projeção político-jurídica, de **dupla** função instrumental, pois, **enquanto** garantia indisponível, tem por titular qualquer pessoa exposta, em juízo criminal, à ação persecutória do Estado, e, **enquanto** limitação insuperável, incide sobre os órgãos do poder incumbidos de promover, judicialmente, a repressão criminal.

Vê-se, desse modo, que o postulado da naturalidade do juízo, ao qualificar-se como prerrogativa individual (**ex parte subjecti**), tem por destinatário específico o réu, erigindo-se, em consequência, como direito público subjetivo **inteiramente** oponível ao próprio Estado. Esse **mesmo** princípio, contudo, se analisado na perspectiva **ex parte principis**, atua como fator de inquestionável **restrição** ao poder de persecução penal, **submetendo** o Estado a múltiplas **limitações** **inibitórias** de suas prerrogativas institucionais.



HC 73.801-0 MG

Isso significa que o postulado do juiz natural deriva de cláusula constitucional tipicamente **bifronte**, pois, **dirigindo-se a dois destinatários distintos**, ora representa um **direito do réu** (eficácia positiva da garantia constitucional), ora traduz uma **imposição** ao Estado (eficácia negativa dessa mesma prerrogativa constitucional).

O princípio da naturalidade do juízo, portanto, encerrando uma garantia constitucional, **limita**, de um lado, os poderes do Estado (**impossibilitado**, assim, de instituir juízos *ad hoc* ou de criar tribunais de exceção) e **assegura** ao acusado, de outro, o direito ao processo perante autoridade competente, **abstratamente** designada na forma da lei anterior (vedados, em consequência, os juízos *ex post facto*).

É por essa razão que ADA PELLEGRINI GRINOVER - após destacar a importância político-jurídica do princípio do juiz natural - acentua, com apoio no magistério de JORGE FIGUEIREDO DIAS ("*Direito Processual Penal*", vol. 1/322-323, 1974, Coimbra), que esse postulado constitucional acha-se tutelado por garantias irredutíveis que se desdobram, "na verdade, em três conceitos: só são órgãos jurisdicionais os instituídos pela Constituição; ninguém pode ser julgado por órgão constituído após a ocorrência do fato; entre os juízes pré-constituídos vigora uma ordem taxativa de competências, que exclui qualquer alternativa deferida à



HC 73.801-0 MG

*discrecionarietà de quem quer que seja*" ("O Processo em Sua Unidade - II", p. 39, item n. 6, 1984, Forense).

O fato irrecusável, em nosso sistema de direito constitucional positivo - considerado o princípio do juiz natural - é que ninguém poderá ser privado de sua liberdade senão mediante julgamento pela autoridade judicial competente. Nenhuma pessoa, em consequência, poderá ser subtraída ao seu juiz natural. A nova Constituição do Brasil, ao proclamar as liberdades públicas - que representam limitações expressivas aos poderes do Estado - consagrou, agora de modo explícito, o postulado fundamental do juiz natural. O art. 5º, LIII, da Carta Política, prescreve que *"ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente"*.

A importância político-jurídica desse princípio essencial - que traduz uma das projeções concretizadoras da cláusula do *"due process of law"* - foi acentuada pelo autorizado magistério de eminentes autores, tais como ADA PELLEGRINI GRINOVER ("O Processo em sua unidade - II", p. 3/4, 1984, Forense), GIUSEPPE SABATINI ("Principii Costituzionali del Processo Penale", p. 93/131, 1976, Napoli), TAORMINA ("Giudice naturale e processo penale", p. 16, 1972, Roma), JOSÉ CÍRILO DE VARGAS ("Processo Penal e Direitos Fundamentais", p. 223/232, 1992, Del Rey Editora), MARCELO FORTES BARBOSA ("Garantias Constitucionais de Direito Penal e de Processo Penal na Constituição de 1988", p. 80/81, 1993, Malheiros) e ROGÉRIO



HC 73.801-0 MG

LAURIA TUCCI e JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI ("Constituição de 1988 e Processo", p. 30/32, item n. 10, 1989, Saraiva).

O caso versado nesta impetração - **presentes** todas as considerações que vêm de ser feitas - revela que o Tribunal ora apontado como coator efetivamente **não dispunha** de competência originária para o processo penal condenatório instaurado contra o ora paciente, eis que este, já à época do recebimento da denúncia, não só ocupava o cargo de Procurador Regional da República, como, **também**, achava-se atuando perante o T.R.F./2ª Região, em virtude de prévia e regular designação administrativa, circunstância esta que **impunha**, no caso, o reconhecimento do Superior Tribunal de Justiça como o juiz natural desse acusado para efeito de apreciação da causa penal referida (CF, art. 105, I, a, *in fine*).

Dentro **desse contexto**, é irrelevante - para efeito de definição do órgão judiciário constitucionalmente competente - o **momento** da suposta prática da infração penal (instante em que o ora paciente atuava perante magistrado federal de primeira instância). **Revela-se fundamental**, neste caso, a **atual** condição ostentada pelo paciente, eis que, sendo ele membro do Ministério Público da União em exercício perante Tribunal, **assiste-lhe** - enquanto garantia indisponível que é - a prerrogativa de foro, **em razão de suas funções**, perante o Superior Tribunal de Justiça (CF, art. 105, I, a, *in fine*).



HC 73.801-0 MG

Daí a observação constante do parecer da douta Procuradoria-Geral da República, que, ao opinar pela concessão do writ - precisamente por também vislumbrar, no caso, ofensa à garantia constitucional do juiz natural -, salientou (fls. 787/788):

"Com efeito, depreende-se da peça acusatória acostada aos autos às fls. 738/742 que o paciente, na ocasião do oferecimento da denúncia, atuava perante a primeira instância federal - Vara Federal Única de Juiz de Fora/MG, o que atraiu a competência do Tribunal Regional Federal para processar e julgar o feito, nos termos em que estabelece o artigo 108, inciso I, alínea 'a' da Constituição Federal.

Ocorre que a denúncia foi recebida em 09 de novembro de 1995, momento em que o paciente estava atuando perante o Tribunal Regional Federal da Segunda Região conforme Portaria nº 53 da Procuradoria Regional da República da Segunda Região (fls. 32), o que impõe a competência do Superior Tribunal de Justiça em obediência ao artigo 105, inciso I, alínea 'a' da Constituição Federal.

A competência originária do Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar o feito em tela advém, portanto, da prerrogativa de foro que assiste ao paciente em decorrência de sua atual condição funcional.

Diante desse contexto, prospera a alegada preliminar de incompetência do Tribunal Regional Federal para processar e julgar o paciente, razão pela qual opinamos pela nulidade do acórdão proferido por aquele órgão colegiado e a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça, restando prejudicadas as demais alegações do presente *habeas corpus*."

Sendo assim, é lícito asseverar - não obstante alegadamente cometida a infração penal pelo ora paciente, quando este ainda atuava em primeira instância - que a superveniente investidura do membro do Ministério Público da União, em cargo ou em função por ele efetivamente exercido "*perante tribunais*", tem a virtude de deslocar, *ope constitutionis*, para o Superior Tribunal de



HC 73.801-0 MG

Justiça, a competência originária para o respectivo processo penal condenatório.

Desse modo, consideradas as razões expostas - e tendo em vista, ainda, o parecer da douta Procuradoria-Geral da República -, **defiro** o pedido de **habeas corpus** e, em consequência, **declaro** a nulidade do acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal/1ª Região (fls. 743/784), **determinando** a remessa dos autos da Ação Penal nº 95.01.17097-7/MG ao Superior Tribunal de Justiça, que é o órgão constitucionalmente competente para processar e julgar, em sede originária, a causa penal referida, **restando prejudicada** a apreciação, pelo Supremo Tribunal Federal, dos **demaís** fundamentos invocados nesta impetração, em face do **caráter prejudicial** de que se reveste a alegação de incompetência absoluta do Tribunal apontado como coator.

Os **demaís** fundamentos em que se apóia o presente writ - ilicitude da prova, ausência de inquérito policial, suspeição do magistrado federal, atipicidade da conduta, ausência de potencialidade danosa dos documentos reputados falsos e imprestabilidade da prova pericial (fls. 20/24 e fls. 26/29) - deverão ser apreciados pelo Superior Tribunal de Justiça, quando da prolação do juízo, positivo ou negativo, de admissibilidade da acusação penal deduzida pelo Ministério Público contra o ora paciente.

**É o meu voto.**



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS N. 73.801-0

ORIGEM : MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO

PACIE. : ANTONIO CARLOS SIMÕES MARTINS SOARES

IMPTE. : JOSE CUPERTINO DA LUZ NETO

COATOR : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1a. REGIÃO

**Decisão:** A Turma deferiu o pedido de habeas corpus, determinando a remessa dos autos da Ação Penal nº 95.01.17097-7/MG ao Superior Tribunal de Justiça, nos termos do voto do Relator. Unânime. Falou pelo paciente o Dr. José Cupertino da Luz Neto. 1a. Turma, 25.06.96.

01875030  
03490730  
08014000  
00000480

Presidência do Senhor Ministro Moreira Alves. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Sydney Sanches, Octavio Gallotti, Celso de Mello e Ilmar Galvão.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner Natal Batista.

RICARDO DIAS DUARTE  
Secretário